

## Que igualdades querem os animais? Expansão e limites do conceito de igual consideração de pessoas

---

Magnus DAGIOS<sup>1</sup>

### Resumo

Singer e Sapontzis defendem a ideia de ampliar a comunidade moral com base nos interesses dos animais não-humanos. Para Singer não a razão para continuar com a arbitrariedade de não considerar os interesses de seres que sofrem e sentem prazer. Se utiliza então para isso, de um princípio básico da igualdade, a igual consideração de interesses semelhantes. Interesses semelhantes devem ser igualmente considerados, ou seja, devemos parar de tratar os animais não-humanos como descartáveis, de modo que não temos motivo algum de continuar com pesquisas que se utilizam dos animais não-humanos para os fins mais banais, como novas linhas de cosméticos e produtos de limpeza. Os interesses dos humanos para com estes produtos não concorrem com os interesses de não-humanos de viver ou de não sofrer. Os interesses somente são concorrentes quando não há outra solução, por exemplo, para salvar um país inteiro de uma catastrófica epidemia. Sapontzis entende que pelo fato de ter interesses um animal não-sofisticado intelectualmente, é uma pessoa no sentido valorativo e, portanto, tem um status moral e legal igual aos seres humanos. Por isso, todos os interesses destes seres devem ser considerados, sem se importar com o grau de sofisticação que estes animais não humanos comportam.

**Palavras-Chave:** Direitos dos animais, Libertação animal, Peter Singer.

### Abstract

Singer and Sapontzis defend the idea of enlarging the moral community based on the interests of non-human animals. For Singer is not right to continue with the arbitrariness of not considering the interests of beings that suffer and feel pleasure. Then a basic principle of equality, the equal consideration of similar interests. Similar interests must be considered, that is, we must stop treating non-human animals as superfluous, so we have no reason to continue with research that use of non-human animals for humans purposes, as new lines of cosmetics and cleaning products. Human interests with these products do not compete with the interests of non-human living or not. The only interests are competitors when there is no other solution, for example, to save a whole country of a catastrophic epidemic. Sapontzis believes that by having interests a non-human animal is a person in evaluative sense and therefore has a moral and legal status equal to humans. Therefore, all the interests of these beings should be considered regardless of the degree of sophistication of these non-human animals.

**Key-words:** Animal rights, Animal liberation, Peter Singer.

---

<sup>1</sup> Professor no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: magnus@unir.br

### Breve exposição conceitual – Igualdade e Justiça

Uma pergunta surge primeiramente: *Iguais em quê?* Ou melhor, *qual igualdade?* Para o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio, a igualdade expressa uma dificuldade na sua indeterminação, “pois dizer que dois entes são iguais nada significa em linguagem política”. Enquanto que a liberdade é uma propriedade da pessoa, humanos ou não, de vontade e ação, a igualdade é uma relação formal: “enquanto X é livre é uma proposição dotada de sentido, X é igual é uma proposição sem sentido”; igual a quem? Em quê?<sup>2</sup> Dizer que “todos os homens são iguais” é plausível, pois indica uma relação. Pode-se pensar então, que a igualdade é uma correspondência em uma totalidade, algo genérico, relativo a uma classe. As teorias igualitárias veem a sociedade como uma totalidade<sup>3</sup> e não como um agregado de indivíduos.

Segundo Bobbio a confusão se dá com os conceitos *de igualdade e justiça*. São termos que mal se distinguem. De acordo com Aristóteles a ação justa é aquela que está em conformidade com a lei, justo é aquele que a observa. Assim, a justiça se aproxima da igualdade quando uma ação, uma lei, um homem, respeita uma vez instituída, uma relação de igualdade. De modo que um homem é justo não só quando observa a lei, mas também por que é equânime<sup>4</sup>. E nem sempre uma lei é justa somente por que é igual. A “igualdade não é propriamente um valor, mas o é somente quando condição necessária, ainda que não suficiente, daquele equilíbrio interno de um sistema que mereça o nome de justo”<sup>5</sup>. Em um sistema de regras previamente estabelecidas a igualdade pode-se dar no ponto de partida, como bem nos assinala John Rawls, e por isso entende ele que o sistema é justo. Mas no resultado de acordo com as regras, a desigualdade se apresenta e pode ser considerada justa.

Entende Bobbio então, que a igualdade é um bem social. Uma relação de igualdade é uma meta desejável na medida que é considerada justa, onde justa percebe-

---

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. Igualdade e Liberdade, Ediouro. Bobbio comumente utiliza e começa seus escritos por perguntas *Que? e Qual?*

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem

se, é uma relação com uma ordem no ideal de harmonia das partes com o todo. A harmonia se dá quando; a) cada uma das partes tenha o seu lugar atribuído segundo o que lhe cabe e b) o equilíbrio seja mantido por normas universalmente respeitadas<sup>6</sup>. “A igualdade é um fato, a justiça um ideal... não é nem justo nem injusto que duas bolas de bilhar sejam perfeitamente iguais entre si”. Não se segue, pode-se dizer, que pela igualdade de fato entre homens e animais, ambos capazes de sofrer e sentir prazer, que precisamos tratar os animais não-humanos de modo igual aos humanos, na medida em que a igualdade não é o único fator de justiça, mesmo que fundamental. A justiça depende também, de fatores ideais, do que é melhor e pior, da questão da reciprocidade, dos fins estabelecidos (liberdade, paz, felicidade, utilidade), do fator valorativo.

Admitir que o melhor e mais justo para os animais é evitar o sofrimento não significa que deveríamos tratá-los de forma igual a seres humanos, seja em relação a direitos ou a considerações de prioridade. É essa de certa forma a posição do filósofo Peter Singer que analisarei a seguir, embora não use o termo justiça, pois faz certas ressalvas quando fala de direitos e senso de justiça<sup>7</sup>.

Sendo assim, precisamos embasar teoricamente qual o tratamento que não-humanos com interesses devem receber para que estas ações e relações sejam consideradas legítimas. Para Singer seria evitar o sofrimento com o princípio de tratar os iguais de modo igual, que neste caso seria a da igual consideração da dor.

### **A Igualdade de “pessoas” no sentido valorativo da consideração de interesses.**

Jean Jacques Rousseau escreveu: “Encerrarei este capítulo e este livro por uma observação que deve servir de base de todo o sistema social: em vez de destruir a igualdade natural, o pacto fundamental substitui, ao contrário, por uma igualdade moral

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Singer, Peter. Vida Ética. Ediouro, RJ, 2002. p. 47. “(...) Evidentemente, há importantes diferenças entre humanos e outros animais, e essas diferenças devem acarretar algumas diferenças nos direitos de cada um(...) Como os cães não votam, não há motivo para que a libertação dos animais se vejam envolvidas em tamanha tolice. Estender os princípios básicos da igualdade de um grupo para o outro não implica que devemos tratar os dois grupos exatamente da mesma maneira, nem que procuremos assegurar exatamente os mesmos direitos a ambos os grupos. A conveniência de fazê-lo ou não depende da natureza dos membros dos dois grupos. O preceito básico da igualdade não requer tratamento igual ou idêntico; ele requer igual consideração. A igual consideração com seres diferentes pode levar a tratamentos diferenciados e direitos diferenciados”.

e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, e, podendo ser desiguais em força ou em talento, todos se tornam iguais por convenção e de direito”<sup>8</sup>. A última frase da citação de Rousseau pode resumir até certo ponto a análise que apresentarei da concepção mais “radical” sobre os direitos dos animais, exposta por Steve F. Sapontzis, em seu artigo “Imitando as pessoas: Prós e Contras”<sup>9</sup>. Os animais não podem ser hierarquizados em comparação com categorias especificamente humanas, como o intelectualismo, racionalismo, capacidade de linguagem. Continuar com estas categorias avaliativas para considerar os animais é continuar com um modelo antropocêntrico, parcial. É simplesmente manter o especismo para a ampla maioria de não-humanos aparentemente não capacitados em equivalência com humanos.

De acordo com Sapontzis o termo “pessoa” tem dois significados, um valorativo e um descritivo. No sentido valorativo “pessoa” denota os seres de interesses que são protegidos moral ou legalmente contra a exploração de indivíduos que podem influir nos conceitos morais e legais<sup>10</sup>. Sapontzis utiliza o conceito de “pessoa” kantiano de não tratar os outros como meros meios para a satisfação de interesses. Kant neste conceito caracterizava o homem, como fim em si. Agora o autor pretende designar por “pessoas” todos os seres com interesses que devem ser tratados imparcialmente neste sentido valorativo. No sentido descritivo “pessoa” “é justamente um outro nome para seres humanos”.

Sapontzis em sua argumentação parte do objetivo de “fazer o mundo um lugar melhor em termos reduzidos de sofrimento, frustração, aumentar a felicidade e plenitude, um amplo reino da equidade e respeito pelos outros, e realçar a presença e eficácia das virtudes tais como gentileza e imparcialidade”. O modo como exploramos desde séculos os animais, seja em fazendas agrícolas, em caças, para atividades insalubres e mais recentemente em pesquisas em laboratórios, de acordo com Sapontzis, reduz

---

<sup>8</sup> ROUSSEAU, J. -J. O Contrato Social. Editora Martins Fontes, SP, 2001, p.29-30.

<sup>9</sup> SAPONTZIS, Steve F. The Great Ape Project; Edited by Paola Cavalieri and Peter Singer. New York/USA: ST. Martin's Griffin, 1993. Apings Persons – Pro and Con: p.269-277.

<sup>10</sup> Idem. p. 270.

o bem maior, a felicidade, e aumenta a frustração, totalmente na contramão de nossos objetivos morais.

Devemos considerar não apenas os não-humanos grandes símios, mas todos os seres capazes de sentir dor e prazer, que possuem interesses desconsiderando a natureza ou o grau desses, e colocando o direito básico de não sofrer. Assim, para Sapontzis, superar o especismo significa ir além do reconhecimento de primatas como seres dotados da capacidade de interesses e, portanto, de direitos. Talvez, precisássemos de uma teoria de valor afetivo que assegure que sem sentimentos de prazer e dor, satisfação e frustração, entusiasmo e depressão, seríamos apenas matéria. O que não se pode admitir como critério de avaliação são as características propriamente humanas para valorar os animais.

Segundo Sapontzis, ter emoções<sup>11</sup> indica uma semelhança entre homens, primatas, répteis, peixes, pássaros, mamíferos, e outros animais não-humanos. Os intelectualmente sofisticados “não apresentam nenhuma razão para acreditar que tem emoções qualitativas e quantitativas em grau maior que seres não sofisticados intelectualmente”<sup>12</sup>. Com isso, podemos constatar que todos os que possuem sensações tem valor moral, e devem ser vistos como pessoas de direito. O autor cita Jeremy Bentham, que explana o valor moral como sendo aquilo que contribui para a felicidade, dando sete dimensões para o valor emocional: intensidade, duração, certeza, extensão, fecundidade, pureza e propinquidade<sup>13</sup>. Mesmo que os seres sofisticados possuem uma ampla gama de emoções, isto pode ser superado por questões de grau, como intensidade e duração. A pergunta de Sapontzis permanece sem resposta: quem é mais feliz, o homem adulto sofisticado, a criança ou os cachorros?

Mesmo ao tratar todos os seres sencientes como pessoas no sentido valorativo, não significa que temos que estender todos os direitos básicos humanos para não-humanos. Esta é a posição de Steve Sapontzis, pelo fato de que não-humanos grandes

---

<sup>11</sup> O termo “feelings” está sendo traduzido por emoções, mas existe ainda outras traduções possíveis, como sensações e sentimento.

<sup>12</sup> Idem. p. 272

<sup>13</sup> Idem. O livro de J.Bentham: An Introduction to the Principles of Morals and Legislation, 1789, cap. IV.

símios ou não, tem interesses diversos daqueles dos humanos. Quando se pensa em direitos em geral, os interesses são iguais como, liberdade, direito à vida, condições para perseguir a felicidade, e proteção para esses interesses. Depende de como os interesses são caracterizados, se de modo geral ou específico, os animais tendem a se diferenciar de humanos e vice-versa. Existem interesses específicos a nós, como por exemplo, o direito de reunião ou associação, e interesses apenas para animais, “como o direito de esticar suas asas”<sup>14</sup>. Os princípios utilizados na Declaração dos Grandes Símios são muito gerais: o direito a vida, proteção da liberdade individual e a proibição de tortura.

Temos que nos deter, segundo Sapontzis, de que apesar de direitos específicos de humanos e não-humanos serem diferentes, não há qualquer forma de hierarquia entre eles, ou seja, humanos e não-humanos são moral e legalmente de igual valor. Animais não-humanos não são menos valiosos que humanos nas questões morais e legais, “podendo ser desiguais em força e talento, todos se tornam iguais por convenção e de direito”<sup>15</sup>.

Além de estender os direitos básicos de humanos para não-humanos, e considerar direitos específicos, tais como alimentação e exercícios, existem situações para as quais animais não têm interesses, como votar, e que influem em seus sentimentos. De modo que, ao fazer códigos morais e legais para a proteção dos interesses dos animais, humanos devem considerar os interesses de “não humanos mesmo que eles não agem com interesses sobre estas coisas”<sup>16</sup>. Assim, de acordo com o autor, os interesses dos animais não-humanos devem ser considerados mesmo que não possuem direitos para certas questões. Tanto não-humanos quanto bebês não possuem direito a voto, mas seus interesses devem ser considerados pelos agentes morais quando estes votam. Para Sapontzis, “animais não-humanos não podem entender o que é votar e como isto afeta seus interesses(...) não-humanos Grandes Símios podem possuir um interesse em votações, mesmo que eles não têm direito a isso(...) se estamos estendendo para não-humanos Grandes Símios a mesma classificação moral e legal para proteção de seus interesses que

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem. p. 274.

humanos tanto apreciam, então seus interesses devem ser considerados nas votações e em nossas deliberações”<sup>17</sup>. Dessa forma, devemos eleger procuradores para votar pelos animais? Segundo o autor, isto seria pouco provável, pois até as crianças que são afetadas por votações, não possuem direito a voto.

A questão dos direitos também merece ser analisada com cuidado. O fato da proteção de animais as vezes envolver o conceito de direito, segundo o qual coisas que influem no interesse de membros que possuem direitos básicos, conseqüentemente os membros teriam direito para aquelas coisas podem não ser facilmente levadas a sério. O que poderia ser aplicado automaticamente com base em analogias requer, entretanto, uma detalhada descrição categórica dos direitos dos animais, sob a pena de não se aplicarem corretamente tais direitos<sup>18</sup>.

Em uma ética libertária não somente os grandes símios devem ser libertados da exploração humana, senão todos os seres com interesses não sofisticados intelectualmente. O conceito de direito é precisamente o mais poderoso para as capacidades e condições dos seres sensíveis. Segundo Sapontzis, o importante é sempre levar em consideração os interesses dos animais não-humanos. Assim, a categoria “direitos” pode ser necessária, mas não é a única que permite aquela consideração. Podem existir outras formas mais eficazes para defender os animais não-humanos e considerá-los como pessoas no sentido valorativo. Ao dizer que não-humanos grandes símios são considerados como pessoas em sentido valorativo, poderia se pressupor que teriam o mesmo status moral e legal que humanos sem a necessidade de instituir direitos para cada caso.

Os ideais da libertação animal são guias para a ação como toda a filosofia moral, afirma Sapontzis, e com objetivos práticos não pode ficar apenas no nível da teoria. Sapontzis considera que todo o material para a mudança se encontra no homem para que se modifique suas crenças injustificadas, passando pelas incapacidades de tolerância, até visões de mundo egocêntricas. A filosofia moral deve precisamente, através de

---

<sup>17</sup> Idem. p. 274.

<sup>18</sup> Idem p. 275

suas conclusões, objetivar resultados e perceber que os ideais são apenas um começo para fazer do mundo um lugar melhor.

Um bom começo e “politicamente astuto”, de acordo com Sapontzis, pode ser primeiro buscar a proteção moral e legal para os “parentes” geneticamente, os seres mais próximos não-humanos grandes símios. Ao mostrar que grandes símios são membros de nossa família biológica poderemos conquistar a simpatia egocêntrica dos humanos mais facilmente, pois sem estas considerações de caráter um tanto quanto instintivas não conseguiremos mover os humanos para assegurar a proteção de interesses de animais não-humanos.

#### **Peter Singer e a extinção do sofrimento injustificado. A igualdade moral.**

A posição de Peter Singer em seu artigo “Todos os animais são iguais”<sup>19</sup> leva em conta uma igualdade moral, acima das igualdades de fato, que segundo ele, realmente evidenciam diferenças de talentos, até entre humanos, como habilidades intelectuais, distintas capacidades de sensibilidade e de sentir dor e prazer. A igualdade concreta é precisamente muito complexa e genérica para permitir um tratamento de “igual consideração”. A grande polêmica diferença entre Singer e Sapontzis é a questão de se existe ou não uma hierarquia de valor entre os seres sencientes. Sapontzis acha que não, pois acredita que os seres não intelectualmente sofisticados têm intensidade de dor e prazer às vezes maior que os seres sofisticados intelectualmente. Não há motivo para manter o especismo e considerar categorias antropocêntricas como razão, intelecto e linguagem como algo superior. Humanos e não-humanos são de igual valor moral e legal. Singer também pensa a igualdade moral entre humanos e não-humanos, o que não necessariamente se conclui como uma igualdade de valor entre eles. De certa forma, Singer considera uma desigualdade de fato, diferente do que afirma, pois segundo ele seres com características valiosas tornam suas vidas mais valiosas, e isto influenciaria na decisão de tirar a vida.

Tratar os animais com o princípio básico da igualdade, não significa, de acordo com Singer, tratá-los exatamente iguais em tudo. Existem diferenças e por isso,

---

<sup>19</sup> SINGER, Peter. *Vida Ética*. Editora Ediouro, RJ, 2002. pp. 46-69.



também interesses diferentes. O que os animais necessitam é de “igual consideração”. O exemplo empregado por Singer é que não teria sentido as feministas apoiarem o aborto para os homens, tanto quanto seria absurdo falar em direito de voto para os animais<sup>20</sup>. Pelo fato de haver diferenças entre animais e seres humanos estas acarretariam uma “diferença no direito de cada um”. Existe um sentido igual, segundo Singer, em defendermos o princípio básico da igualdade para os negros, judeus, as mulheres e outros seres humanos discriminados e defender os interesses dos animais, da igual consideração<sup>21</sup>.

Singer acha que não podemos defender o princípio da igualdade moral com base em uma igualdade factual das raças e sexos. Opositores da igualdade entre raças e sexos, sempre encontram uma hierarquia na ordem concreta que não poderia estar presente em uma igualdade moral. Também não há como medir muitas vezes estas capacidades e habilidades precisando quem é mais competente e valioso. “Não sabemos se estas diferenças se devem as heranças genéticas das raças ou a escolaridade precária, ou outros fatores sociais(...) talvez todas as diferenças importantes acabem por se mostrar mais de cunho ambiental do que genético”<sup>22</sup>. “O princípio da igualdade entre os seres

---

<sup>20</sup> Idem. p. 47.

<sup>21</sup> Idem. P 48. “(...) A essa altura semelhante conclusão pode parecer estranha, mas se examinarmos mais atentamente as bases sobre as quais se apóia nossa oposição à discriminação fundamentada em raça ou sexo, constataremos que estaríamos em terreno pouco firme se fôssemos exigir igualdade para os negros, as mulheres e outros grupos de seres humanos oprimidos, ao mesmo tempo em que recusássemos igual consideração para os não-humanos. Para tornar isso claro precisamos ver, primeiramente, porque o racismo e o sexismo estão errados. Quando dizemos que todos os seres humanos são iguais, independente de raça, credo ou sexo, o que é que estamos afirmando? Os que desejam defender as sociedades hierarquizadas, não-igualitárias, têm com frequência apontado que, seja qual for o teste escolhido, simplesmente não é verdadeiro o fato de todos os seres humanos serem iguais. Queiramos ou não, devemos encarar o fato que seres humanos apresentam traços distintos; são dotados de capacidade morais diversas, habilidades intelectuais, diferentes doses de benevolência e sensibilidade ante as necessidades dos outros, diferentes aptidões para a comunicação eficaz, e distintas capacidades de vivenciar prazer e dor. Em resumo, se fôssemos basear a exigência de qualidade na igualdade concreta de todos os seres humanos, teríamos que parar de exigir igualdade”. A igualdade entre os seres humanos, nunca foi exigida a partir da cultura, de individualidades, de habilidades, mas da constatação de que os homens são dotados de certas qualidades, como razão, linguagem, de uma moral convencionalizada que não é diferente quando falamos de judeus, negros, mulheres e pardos. Na premissa, podemos supor que Singer comete uma petição de princípio, pois em sua demonstração pressupõe o que quer demonstrar, ou seja, uma igual consideração para os animais com base na igualdade entre os homens. Ex. 1) Os animais são iguais aos homens moralmente. 2) Os homens entre si são diferentes factualmente. 3) Os animais e os homens são diferentes entre si factualmente. Conclusão) Os animais e os homens são iguais entre si moralmente. O silogismo está correto. O problema é entender que a diferença factual entre os humanos, é uma diferença factualmente similar na relação entre humanos e não-humanos. Por isso penso que a defesa da igualdade moral entre os humanos (intra-espécie; agentes morais), é diferente da igual consideração de interesses (inter-espécie).

<sup>22</sup> Idem. p. 49.

humanos não é uma descrição de uma suposta igualdade concreta entre os humanos: é uma prescrição de como deveríamos tratar os seres humanos”<sup>23</sup>. A diferença de aptidões não justifica logicamente a diferença entre interesses e necessidades. A questão, de forma similar a Jeremy Bentham, não é se os animais são capazes de calcular ou raciocinar, mas se “eles são capazes de sofrer?”, de modo que não podemos considerar um animal como se fosse qualquer objeto ou matéria e valorar tão-só aqueles com intelecto e linguagem. Todavia, isso não significa que Bentham demarcou a “linha intransponível” (capaz de sofrer e sentir prazer) sobre a qual nada pode ter maior consideração<sup>24</sup>. “A capacidade de sofrimento e fruição é um pré-requisito para a posse de qualquer tipo de interesse...”<sup>25</sup>.

O interesse de cada ser deve ser levado em consideração, como nos diz Sidgwick: “o bem de qualquer indivíduo específico não tem importância maior, do ponto de vista do Universo, que o bem de qualquer outro”. Com isso, conclui-se que os interesses de cada ser não dependem das capacidades que possuem, mas sim da satisfação de seus interesses. O exemplo de Singer de uma feminista do ano 1850, Sojourner Truth, enfatiza o que nos disse Sidgwick: “... se a minha xícara for pequena e a sua for grande, não seria mesquinho de sua parte impedir alguém de encher totalmente minha meia medida?”<sup>26</sup>.

A igualdade entre os humanos e não-humanos em relação ao sofrimento e a felicidade, de acordo com Singer é mais fundamental que as questões de direito; “O linguajar dos direitos é uma simbologia política conveniente”<sup>27</sup>. O que Singer quer evitar não é propriamente os direitos, mas o que alguns opositores afirmam como pré-requisitos para o direito: autonomia, senso de justiça, pertencer a alguma comunidade. Isto eliminaria os animais das questões de direito; mas isto é realmente assim! Precisam todos de senso de justiça para ter direitos? A presença de alguma igualdade não é o único fator de justiça, mas é necessariamente algo que devemos considerar para com os animais se

---

<sup>23</sup> Idem. p. 50

<sup>24</sup> SINGER, Peter. Vida Ética, Ed. Ediouro, RJ, 2002, Todos os animais são iguais. p. 53.

<sup>25</sup> Idem. Ibidem.

<sup>26</sup> Idem. p. 51-52.

<sup>27</sup> Idem p .54.

entendemos que é injusto fazer um ser sofrer sem um bom motivo. O animal tem direito (interesse)<sup>28</sup> a não sofrer de forma arbitrária; a imposição de sofrimento para os não-humanos precisa ser justificada, deve ser um regime de exceção, não uma regra.

A questão dos direitos de acordo com Singer “(...) não se faz necessária, em absoluto, na argumentação em favor da mudança radical de nossa atitude para com os animais”<sup>29</sup>. Pelo princípio da igualdade o sofrimento deve ser igualmente considerado, e “não pode haver justificativa moral para a recusa a levar em consideração aquele sofrimento”.

Alguns críticos argumentam da incapacidade dos animais de sofrer e sentir angústia como os seres humanos. Para estes, os animais são autômatos, inconscientes e não sofrem de forma alguma. Como “a dor é um estado de consciência” não posso saber se o outro está ou não sentindo dor. Singer evidencia a dor dos animais e outros seres humanos por inferência. Em situações de perigo e stress onde nós próprios sentiríamos algum estado de angústia ou dor, poderíamos concluir que animais expostos a estas situações também sentiriam o mesmo. Sinais como gritos, gemidos, ganidos são indícios de dor e medo. A fisiologia parecida principalmente a partes do organismo que são responsáveis pelos sentimentos e as reações comportamentais em situações de enfrentamento-fuga, como transpiração, pupilas dilatadas, elevação da pressão arterial nos mostram um grau de paridade com humanos, ao evitar as fontes de dano físico. A dor é um estado mais primitivo que o pensamento e a linguagem segundo Singer. Os animais têm um sistema nervoso semelhante ao nosso e com utilidade biológica, evidência de que seus interesses estão associados à dor e prazer.

Ao constatar que tanto humanos como animais não-humanos sentem dor e prazer, Singer afirma que não há como comparar o sofrimento de animais e humanos. Em certas circunstâncias os homens devido a suas capacidades mentais que geram uma expectativa de sofrimento, uma antecipação, sofreriam mais do que os animais. Isto justificaria o uso de animais em experiências quando fosse absolutamente necessário. Mas

---

<sup>28</sup> Singer utiliza o termo “direito” em sentido “fraco”, no sentido da igual consideração de interesses.

<sup>29</sup> Idem. p. 54.

este argumento também justificaria a utilização de humanos sem aquelas capacidades: “animais não-humanos, bebês e seres humanos retardados estão na mesma categoria”. A questão de bebês normais de estar na mesma categoria que não-humanos e retardados é no mínimo polêmica. Bebês nunca nascem sozinhos e estão inseridos em uma sociedade que os protege. Em seu desenvolvimento normal, sem exceções e imprevisibilidade, bebês normais se tornariam adultos normais, com aquelas capacidades que segundo Singer o distinguem de não-humanos. Sabe-se que um bebê é inferior em capacidades mentais a um primata adulto em suas primeiras semanas de vida, mas logo o ultrapassa.

O especismo se caracteriza pela preferência a uma espécie em detrimento de outra na razão de simplesmente pertencer àquela espécie. Significa escolher arbitrariamente sem uma justificativa ou motivo. Singer ao explanar esta parcialidade, onde seres de nível mental igual são avaliados diferentemente, conclui que isso resulta da crença do “caráter sagrado da vida humana”. Um humano retardado é mais valorizado do que um cachorro em nível mental superior. Singer não pensa em desvalorizar os deficientes mentais como se faz atualmente com os porcos e cachorros, mas discorre na necessidade de encontrar um meio-termo de não considerar a vida como algo absolutamente sagrado a ponto de jamais ser sacrificada, ainda que fosse para aliviar o sofrimento<sup>30</sup>.

Certas consequências surgem com esta argumentação. Singer não quer dizer que “é tão errado matar um cachorro quanto um ser humano em plena posse das faculdades mentais(...). Podemos legitimamente afirmar que existem em certos seres algumas características que tornam suas vidas mais valiosas que as de outros; mas decerto há alguns animais não-humanos cujas vidas são mais valiosas, mediante qualquer critério, que as vidas de alguns humanos”<sup>31</sup>. Em todo caso, tratar seres humanos autômatos como se fossem humanos normais, ao mesmo tempo em que desprezamos os animais com características mentais mais elevadas é uma arbitrariedade. “Devemos trazer os animais não-humanos para dentro de nossa esfera de preocupação moral e parar de tratar suas

---

<sup>30</sup> Idem. p. 67

<sup>31</sup> Idem. p. 66-67.

vidas como descartáveis(...)"<sup>32</sup>. Portanto, o caráter sagrado da vida humana deve ser reconsiderado. Seres semelhantes devem receber o mesmo respeito à vida que damos aos seres humanos de mesmo nível mental. Contudo parece que Singer desconsidera que os humanos com incapacidades mentais geram expectativas em familiares sadios, o que seria um forte motivo para os considerá-los como seres valiosos.

O objetivo para Singer é minimizar o sofrimento, é esclarecer que a dor é um mal em si e deve ser evitada sem considerar as diferenças entre as espécies ou o valor que cada vida possui.

### **Seres Humanos, Homo Sapiens e Pessoas**<sup>33</sup>

No artigo "O que Há de Errado em Matar", extraído de *Ética Prática*, Singer faz uma exposição conceitual de três termos que tendem a um mau uso. Seres humanos, homo sapiens e pessoas. Singer quer neste artigo explicar o valor da vida de uma pessoa. Quais são os seres que possuem determinadas qualidades e por isso levam a designação "pessoa". Para sair de uma atitude um tanto especista, Singer propõe abandonar, para fins conceituais, a designação "humanos"; e mantém as descrições homo sapiens e pessoas.

Seguindo Singer, é ponto pacífico que é errado matar seres humanos; em todas as formas de sociedades existe alguma forma de proibição neste sentido. Todavia, o argumento contra o especismo, exige uma reavaliação do círculo a ser protegido. Devemos nos questionar: o feto é um ser humano? Se entendermos por ser humano todo o membro da espécie homo sapiens a resposta é afirmativa. Qualquer membro da espécie homo sapiens, seja retardado mental, desprovido de cérebro é então ser humano.

Outra definição da expressão "humano" foi proposta por Joseph Fletcher, um teólogo protestante e escritor de ética. Ele criou uma lista denominada "indicadores de humanidade" que incluem: autoconsciência, autocontrole, senso de futuro, senso de

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> SINGER, Peter. Vida Ética, Ediouro, RJ, 2002. O Que Há de Errado em Matar (Extraído de *Ética Prática*)

passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade<sup>34</sup>. Quando dizemos que alguém possui estas qualidades não estamos, de acordo com Singer, obviamente dizendo que eles são da espécie *homo sapiens*, mas sim de seres humanos. A partir daí, constatamos, que um feto, um embrião, uma criança gravemente retardada, são membros da espécie *homo sapiens*, sem, contudo, possuírem aquelas características que caracterizam uma pessoa, como consciência de si, e senso de futuro.

Singer deixa de lado a expressão “humano” e passa a usar para o sentido biológico a expressão “membro da espécie *homo sapiens*”, e para o sentido de um ser autoconsciente e racional a expressão “pessoa”. Para Singer pessoa não é a mesma coisa que “ser humano”, pois “pode haver uma pessoa que não seja membro de nossa espécie, e, igualmente haver membro de nossa espécie que não são pessoas”<sup>35</sup>. De acordo com esta terminologia, devemos reavaliar a nossa crença no caráter sagrado da vida dos membros de nossa espécie.

É oportuno interrogar se “existiria um valor especial na vida de um ser racional e autoconsciente, em comparação com um ser meramente senciente?”<sup>36</sup>. Um ser “autoconsciente tem consciência de si como entidade distinta, dotada de um passado e um futuro”. Neste sentido, tem desejos no futuro, como escrever um livro, viajar. Tirar a vida dessas pessoas sem o seu consentimento significa frustrar-lhes os desejos para o futuro<sup>37</sup>. Matar um caracol ou um bebê de um dia não frustra este tipo de desejo para Singer. Contrário a isso poderia se alegar que os bebês embora não autoconscientes e com baixo senso de futuro ainda possuem relações com pais e familiares que esperam um futuro promissor para eles. A frustração seria grande.

No entanto, pode-se argumentar que quando uma pessoa é morta não permanece um desejo frustrado, da mesma forma que tenho um desejo de beber água e sinto uma frustração quando não realizo este desejo. Com a morte os desejos deixam de existir

---

<sup>34</sup> Idem. p. 163-164.

<sup>35</sup> Idem. p. 164

<sup>36</sup> Idem. p. 167

<sup>37</sup> Ibidem.

e não sofro por não os realizar. Ocorre, porém, que não necessariamente significa que não importa impedir a realização desses desejos.

Para o utilitarismo clássico não há uma importância que os desejos futuros não se realizem quando uma pessoa morre. Tanto para John Stuart Mill, quanto para Henry Sidwick, a relevância é aumentar o prazer e minimizar a dor. Não obstante, a situação de uma pessoa pode ser considerada relevante para um utilitarista clássico. Se por exemplo, devido as minhas capacidades de consciência de si e futuro, considero a possibilidade de que posso morrer a qualquer momento, gero uma ansiedade que tornará minha existência menos agradável do que a situação inversa, de quando eu não possuo esta previsão. Indiretamente, a proibição de matar pessoas aumenta a felicidade de todos, na medida que não existe a preocupação de morrer. Não é um delito direto contra a pessoa que é morta, mas as conseqüências para os outros que são consideradas. Singer, no entanto, quer saber se há uma razão direta em considerar o assassinato de uma pessoa mais grave do que o assassinato de um ser não-pessoal<sup>38</sup>. O utilitarismo clássico também pode considerar a felicidade que a pessoa teria experimentado caso não tivesse morrido. Essa razão, de acordo com Singer, fornece dados consideráveis para afirmar que é mais sério o assassinato de uma pessoa do que um ser que não é pessoa. Quando não há a percepção de si como existindo no tempo e com possibilidade de futuro, não há a preocupação com a impossibilidade de um futuro<sup>39</sup>.

O utilitarismo preferencial, segundo Singer, atribui peso maior à distinção de matar uma pessoa e matar algum outro tipo de ser<sup>40</sup>. Essa versão considera as preferências dos seres atingidos e não a maximização do prazer ou minimizar a dor. O utilitarismo preferencial universaliza os interesses, portanto, considera os interesses de uma pessoa: "(...) uma ação contrária à preferência de um ser é errada – a não ser que tenham mais peso as preferências contrárias. Não havendo diferenças quanto ao demais, o ato de matar uma pessoa que prefere continuar a viver é, por conseguinte, errado"<sup>41</sup>. De modo que, para um utilitarista preferencial, tirar a vida de uma pessoa é pior do que

---

<sup>38</sup> Idem.168-169.

<sup>39</sup> Idem. 169.

<sup>40</sup> Idem. 171.

<sup>41</sup> Idem. 171.

tirar a vida de algum outro ser. Tirar a vida de uma pessoa viola um elenco de preferências futuras.

“Quem têm direito à vida?” Michael Tooley, filósofo americano contemporâneo, argumenta que os únicos seres que possuem este direito, são aqueles capazes de se conceber como entidade distinta existente no tempo. Para tal, se baseia na relação de desejos e direitos. Exemplificando, explica que violar o direito de um indivíduo é frustrar um desejo correspondente. Se não me importo com o fato de alguém roubar meu carro, então o ladrão não viola nenhum direito<sup>42</sup>. No caso do direito à vida, o desejo correspondente é o de continuar existindo como entidade distinta. Somente uma pessoa tem este desejo e também este direito.

Singer mostra que Tooley mudou sua argumentação a respeito do direito à vida no artigo publicado em 1972 “Abortion and Infanticide”. O artigo demonstra que um indivíduo não pode ter direito à vida se não apresenta no momento atual o desejo de continuar existindo como entidade distinta. Nesse caso, segundo Singer, um bebê não entraria na categoria daqueles que possuem direito à vida. O bebê não tem interesse à uma vida futura, pois não se concebe em seus primeiros dias de vida com entidade distinta existindo no tempo. “Para ter direito à vida é preciso ter, ou pelo menos ter tido em algum momento, o conceito de uma existência contínua”<sup>43</sup>. Pessoas adormecidas ou inconscientes podem ter direito à vida desde que em algum momento o interesse pela existência contínua entrou em seus planos. Singer exemplifica isso ao relatar que quando pensamos em viajar de férias, não há a necessidade de neste exato momento de forma consciente preciso pensar nesta circunstância. Esse desejo está guardado para se apresentar em uma situação adequada e se tornar explícito. “Assim também, quando adormecemos, nossos desejos em relação ao futuro não cessam de existir”<sup>44</sup>.

Depois de analisar o direito à vida devemos nos deter na possibilidade de comparar os valores de vidas diferentes, de níveis diferentes de consciência e auto-consciência. Segundo Singer à primeira vista parece um tanto antropocêntrico ou especista:

---

<sup>42</sup> Idem. 173.

<sup>43</sup> Idem. 175.

<sup>44</sup> Idem p.175.



“(...) do ponto de vista de cada um dos próprios seres, cada vida tem igual valor”<sup>45</sup>. Nesta perspectiva os prazeres de um camundongo não podem ser comparados com o de uma pessoa que estuda filosofia.

Singer argumenta da necessidade de encontrar um ponto neutro, “alguma posição imparcial a partir da qual pudéssemos fazer uma comparação”. Se em uma situação hipotética pudéssemos escolher entre ser um cavalo ou um humano o que faríamos? Sem encontrar uma posição definitiva para o assunto Singer argumenta:

Se é verdade que podemos dar sentido à escolha entre uma existência como rato e uma existência como ser humano, então – seja qual for a escolha – podemos dar sentido à ideia de que a vida de um tipo de animal tem um valor mais alto que a vida de outro; e sendo assim, então a alegação de que a vida de todos os seres tem valor igual está muito mal fundamentada. Não se pode defender esta alegação declarando que a vida de cada ser tem para ele importância plena, já que agora aceitamos uma comparação que adota uma postura mais objetiva – ou pelo menos intersubjetiva – e assim transcende o valor da vida de um ser considerado tão-somente pelo ponto de vista daquele ser. Assim, não seria necessariamente especista a categorização do valor de vidas diferentes segundo uma ordenação hierárquica. De que maneira deveríamos proceder para isso é outra questão (...) (Peter Singer. O Que Há de Errado em Matar. p. 183).

## Conclusão

As teorias de Singer e Sapontzis estão em conflito. Se os interesses são diversos e também as habilidades isto implicaria uma diferença de valor moral entre eles? Tanto para Sapontzis quanto para Singer a resposta é não. Porém as desigualdades concretas de homens e animais não-humanos, de acordo com Singer, permitem um valor maior à vida de seres humanos normais em situações de tirar a vida, devido ao fato de se conceber como uma entidade distinta no tempo, capaz de planejar um futuro, ou seja, uma pessoa. Sapontzis ao contrário, discorda desta valoração, ao insinuar que ela se firma na constatação antropocêntrica da superioridade das habilidades humanas, e estas não teriam a menor influência e sentido para os interesses dos animais. Sapontzis usa a categoria “direitos”, ao contrário de Singer.

---

<sup>45</sup> Idem.p.182.

O conceito de “pessoa” possui um significado completamente diferente entre Singer e Sapontzis. Para Sapontzis, pessoas no sentido valorativo são todos os seres que possuem interesses, desconsiderando o grau dessas sensações e as capacidades que as pessoas possuem. Singer entende por pessoa, um ser autoconsciente e racional, capaz de se conceber com entidade distinta no tempo e capaz de ter preferências para o futuro. Singer considera todos os animais com interesses, embora dentro desta classificação dá um valor maior à vida das pessoas.

Sem desconsiderar o abismo entre estas duas posições, a igualdade moral para a consideração de interesses de seres sencientes é um caminho na medida em que permitiria o tratamento de concórdia para a minimização da dor e a satisfação da fruição.

### Referências

SINGER, Peter. *Vida Ética*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. *Todos os animais são iguais*: p.46-69; *O Que Há de Errado em Matar*: p. 161-185.

SAPONTZIS, Steve F. *The Great Ape Project*; Edited by Paola Cavalieri and Peter Singer. New York/USA: ST. Martin's Griffin, 1993. *Apings Persons – Pro and Con*: p.269-277.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e Liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

\_\_\_\_\_, Norberto. *O Filósofo e a Política*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. In. *Justiça*: p.593-596.

ROUSSEAU, J. -J. *O Contrato Social*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. p.29-30.